**PROCESSO Nº** 1104-000012/2018

**DESPACHO:** 047/2018

**INTERESSADO:** SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA – SEAGRI.

**ASSUNTO**: CONSULTA A ESTA CGE QUAL PROCEDIMENTO A SER ADOTADO.

**DESPACHO**

Trata-se do **Processo Administrativo nº 1104-00012/2018**, em 01 (um) volume, com 06 (seis) fls., que trata do Ofício nº 024/2018/GS/SEAGRI, datado de 03.01.2018 encaminhado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, encaminhando consulta acerca ***“...da baixa da rubrica “suprimento de fundos” no valor de R$4.000,00 (quatro mil reais) em nome de GEDSON BASÍLIO TAVARES, sem a devida baixa, já que a Secretaria não localizou o processo com a documentação pertinente para a devida baixa/regularização do assunto.”.*** Salienta, ainda, que o servidor em destaque não mais se encontra nos quadros do Estado de Alagoas e solicita informações que os auxiliem para a solução do problema.

Esta Superintendência realizou consulta nos quadros do serviço público deste Estado, tendo localizado o servidor Gedson Basílio Tavares lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável – SEMDS, localizada a Rua Marquês de Abrantes, S/N, Bebedouro, Telefone (82) 3315-4735, lotado na Diretoria de Administração, Orçamento e Finanças, no cargo de Coordenador Geral Financeiro e Contábil, conforme ***print*** da tela do link <http://www.maceio.al.gov.br/semds/institucional/>, em anexo.

Diante da consulta formulada pela Secretaria de Estado da Agricultura, através do Ofício as folhas 02, esta Superintendência tem a informar, ainda, o que segue:

O servidor que receber o Adiantamento, na forma estabelecida no Decreto nº 37.119/1997 e suas alterações dadas pelo Decreto nº 37.143/1997 é obrigado a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo ordenador da despesa, sem prejuízo das providências administrativas para apuração das responsabilidades e imposição, das penalidades cabíveis.

A Prestação de Contas está normatizada no artigo 12 do Decreto nº 37.119/1997, alterado pelo § 2º, artigo 4º do decreto nº 37.143/1997, onde determina que o servidor deverá prestar contas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do numerário.

O Artigo 24 determina que, caso do servidor não apresente a prestação de contas na data estipulada, estará sujeito às seguintes penalidades estipuladas nos incisos ***I, II e parágrafo único:*** ***multa, juros, inscrição na Dívida Ativa e abertura contra o responsável da competente ação executiva fiscal, além de Inquérito Administrativo Disciplinar.***

O Decreto-lei nº 200/67, ainda determina que o ***funcionário que receber Suprimento de Fundos, na forma do disposto no artigo 74, § 3º é obrigado a prestar contas de sua aplicação procedendo-se, automaticamente, a tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado.***

Dessa forma, verifica-se que a legislação é clara no sentido de quais ações devem ser tomadas no caso da não apresentação da Prestação de Contas de Adiantamento. Esta Superintendência sugere a imediata abertura dos procedimentos legais elencados, notificando oficialmente o ex-servidor ***GEDSON BASÍLIO TAVARES*** no endereço apresentado no portal da prefeitura de Prefeitura de Maceió para que apresente a Prestação de Contas, acompanhada dos documentos comprobatórios, ou a devolução dos recursos, corrigidos monetariamente conforme a legislação pertinente, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Quanto aos procedimentos para realizar a “baixa contábil”, salienta-se que a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ é o órgão responsável por emitir normas e procedimentos no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados – SIAFE. Esta Superintendência sugere o encaminhamento de expediente aquele órgão solicitando a orientação de quais procedimentos devem ser realizados no caso em comento.

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento, ao tempo em que sugerimos o envio de Ofício a SEAGRI, anexando a cópia deste parecer para conhecimento e providências que o caso requer.

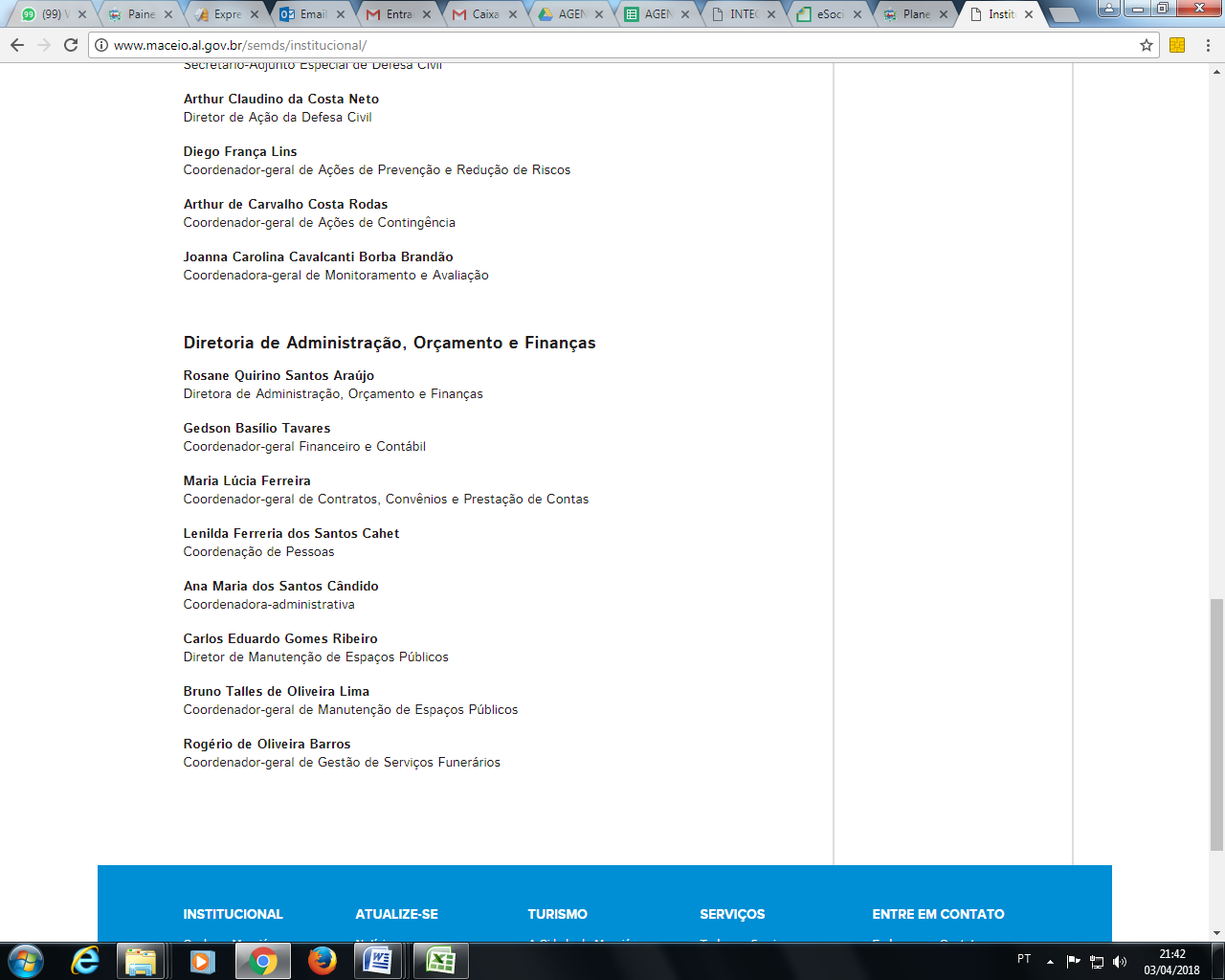
Maceió-AL, 02 abril de 2018.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**

**PRINT DO LINK**

**http://www.maceio.al.gov.br/semds/institucional/**

****